



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP



RELAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 21 de janeiro de 2013, a Bradesco Consórcios completou 10 anos de atividades e é líder em cotas ativas desde 2004 nos segmentos de Imóveis e Automóveis e em 2008 atingiu a liderança no segmento de Caminhões/Tratores.

Agredecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 19 de julho de 2013.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil		PASSIVO	30.6.2013		31.12.2012	
	30.6.2013	31.12.2012		30.6.2013	31.12.2012		
CIRCULANTE	1.684.758	1.519.706	CIRCULANTE	159.337	212.314	159.337	212.314
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a).....	1.657.604	1.488.056	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	159.337	212.314	159.337	212.314
Carteira Própria.....	1.657.604	1.488.056	Sociais e Estatutárias (Nota 22a).....	5.810	3.883	5.810	3.883
OUTROS CREDITOS (Nota 7).....	27.154	31.650	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a).....	78.129	117.159	78.129	117.159
Créditos Específicos.....	3.078	2.978	Diversas (Nota 12b).....	74.398	91.442	74.398	91.442
Diversos.....	24.076	28.672					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.108	5.043	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.247	1.247	1.247	1.247
OUTROS CREDITOS (Nota 7).....	3.961	4.885	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.247	1.247	1.247	1.247
Diversos.....	3.961	4.885	Diversas (Nota 12b).....	1.247	1.247	1.247	1.247
OUTROS VALORES E BENS.....	145	158					
Despesas Antecipadas.....	145	158					
PERMANENTE	38.224	33.394	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13).....	1.566.504	1.344.702	1.566.504	1.344.702
INVESTIMENTOS (Nota 8).....	201	201	Capital.....	800.000	519.000	800.000	519.000
Outros Investimentos.....	312	312	- De Domiciliados no País.....	800.000	519.000	800.000	519.000
Provisões para Perdas.....	(111)	(111)	Reservas de Lucros.....	766.504	825.702	766.504	825.702
MOBILIZAÇÃO DE USO (Nota 9).....	1.094	1.129					
Outras Mobilizações de Uso.....	41.343	3.874					
Depreciações Acumuladas.....	(2.880)	(2.823)					
INTANGÍVEL (Nota 10).....	36.929	32.064					
Ativos Intangíveis.....	41.343	35.581					
Amortização Acumulada.....	(4.414)	(3.517)					
TOTAL	1.727.088	1.558.143	TOTAL	1.727.088	1.558.143	1.727.088	1.558.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	1º Semestre		2º Semestre	
	2013	2012	2013	2012
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8b).....	52.722	46.438	52.722	46.438
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	52.722	46.438	52.722	46.438
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	271.247	234.635	271.247	234.635
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14).....	377.253	325.739	377.253	325.739
Despesas de Pessoal (Nota 15).....	(8.428)	(11.115)	(8.428)	(11.115)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16).....	(14.112)	(20.394)	(14.112)	(20.394)
Despesas Tributárias (Nota 17).....	(41.312)	(38.653)	(41.312)	(38.653)
Outras Despesas Operacionais (Nota 18).....	2.012	2.257	2.012	2.257
Outras Despesas Operacionais (Nota 18).....	(24.162)	(33.186)	(24.162)	(33.186)
RESULTADO OPERACIONAL.....	323.865	291.073	323.865	291.073
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19).....	16.599	15.120	16.599	15.120
RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO.....	340.588	306.193	340.588	306.193
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23).....	(116.639)	(88.319)	(116.639)	(88.319)
LUCRO LÍQUIDO.....	223.929	197.874	223.929	197.874
Número de cotas (Nota 13a).....	800.000,000	519.000,000	800.000,000	519.000,000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	279,91	381,26	279,91	381,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	1º Semestre		2º Semestre	
	2013	2012	2013	2012
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	340.588	296.193	340.588	296.193
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos.....	1.191	1.949	1.191	1.949
Depreciações e Amortizações.....	1.054	1.050	1.054	1.050
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	121	899	121	899
Perda na Alienação de Bens do Imobilizado.....	6	-	6	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos.....	341.759	298.142	341.759	298.142
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(169.548)	(240.462)	(169.548)	(240.462)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	4.761	(7.887)	4.761	(7.887)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações.....	(31.534)	4.445	(31.534)	4.445
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(139.537)	(49.841)	(139.537)	(49.841)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais.....	5.901	5.297	5.901	5.297
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(157)	(62)	(157)	(62)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	18	(2.010)	18	(2.010)
Aplicação em Bens Intangíveis.....	(5.762)	(1)	(5.762)	(1)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	(5.901)	(2.073)	(5.901)	(2.073)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos.....	-	(3.224)	-	(3.224)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	-	(3.224)	-	(3.224)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	-	-	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil

ATIVO	30.6.2013		31.12.2012	
	30.6.2013	31.12.2012	30.6.2013	31.12.2012
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.880.570	8.242.587	8.880.570	8.242.587
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 20).....	4.157.995	3.822.696	4.157.995	3.822.696
Aplicações Financeiras.....	592.485	507.455	592.485	507.455
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações.....	3.565.510	3.315.241	3.565.510	3.315.241
OUTROS CREDITOS.....	4.722.575	4.419.891	4.722.575	4.419.891
Direitos junto a Consórcios Contemplados.....	4.719.997	4.418.298	4.719.997	4.418.298
Normais.....	4.649.299	4.359.719	4.649.299	4.359.719
Em Atraso.....	26.760	22.046	26.760	22.046
Em Cobrança Judicial.....	43.847	34.533	43.847	34.533
Bens Retidos.....	2.578	3.593	2.578	3.593
COMPENSAÇÃO	30.834.791	29.101.311	30.834.791	29.101.311
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consórcios.....	326.415	296.347	326.415	296.347
Contribuições Devidas ao Grupo.....	16.119.602	15.224.883	16.119.602	15.224.883
Valor dos Bens a Contemplar.....	14.388.694	13.580.081	14.388.694	13.580.081
TOTAL	39.715.271	37.343.898	39.715.271	37.343.898

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	1º Semestre		2º Semestre	
	2013	2012	2013	2012
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO.....	3.822.696	3.726.628	3.822.696	3.726.628
Aplicações Financeiras.....	507.455	419.871	507.455	419.871
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT).....	3.315.241	3.306.757	3.315.241	3.306.757
(4) RECURSOS UTILIZADOS	2.291.448	2.296.048	2.291.448	2.296.048
Contribuições para Aquisição de Bens.....	2.396.377	2.239.323	2.396.377	2.239.323
Taxa de Administração.....	30.587	307.750	30.587	307.750
Contribuições ao Fundo de Reserva.....	70.079	65.166	70.079	65.166
Rembolsos de Aplicações Financeiras.....	70.715	69.498	70.715	69.498
Multas e Juros Moratórios.....	8.278	7.429	8.278	7.429
Prêmios de Seguro.....	2.003	64.540	2.003	64.540
Custas Judiciais.....	2.003	1.951	2.003	1.951
Outros.....	47.650	34.437	47.650	34.437
(4) RECURSOS UTILIZADOS	(2.291.448)	(2.296.048)	(2.291.448)	(2.296.048)
Aquisição de Bens.....	(2.107.401)	(2.178.053)	(2.107.401)	(2.178.053)
Taxa de Administração.....	(337.132)	(314.688)	(337.132)	(314.688)
Multas e Juros Moratórios.....	(4.282)	(3.716)	(4.282)	(3.716)
Prêmios de Seguro.....	(65.829)	(65.825)	(65.829)	(65.825)
Custas Judiciais.....	(1.988)	(1.940)	(1.988)	(1.940)
Seguros Contratados - Quebra de Garantia.....	(47.649)	(44.659)	(47.649)	(44.659)
Devolução a Consórcios Desligados.....	(73.656)	(60.876)	(73.656)	(60.876)
Outros.....	(18.212)	(24.469)	(18.212)	(24.469)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	4.157.995	3.822.696	4.157.995	3.822.696
Aplicações Financeiras.....	592.485	507.455	592.485	507.455
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT).....	3.565.510	3.315.241	3.565.510	3.315.241

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinam à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consórcios próprios ou de terceiros, sob a direção de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. Como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de sua Controladora (Banco Bradesco) e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 4.047/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações. As sociedades às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN), quando aplicável. Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; e outras provisões, quando aplicável. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de julho de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

- Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
- Agrupamento do resultado**
O resultado é agrupado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na agrupação dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata e a calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas à data do balanço. A taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos, e a comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão nos grupos.
- Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.
- Títulos e valores mobiliários - classificação**
 - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
 - Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
 - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de mercados de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
- As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.
- Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata) da.
- Investimentos**
São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável.
- Imobilizado**
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. Equipamentos às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Equipamentos de Informática e Direito de Uso de Softwares 20% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - impairment quando aplicável.

Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

Softwares
São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativos quando o usuário demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

I) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Ativos financeiros e outros ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período

continuação

Bradesco Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22
Sede: Cidade de Deus, s/n - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2013.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

II - Aplicações financeiras
São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão BACEN - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos
Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens e o fundo comum, a taxa de administração e o seguro estabelecido de consorciados cujo grupo em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamento recebido de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.

III - Obrigações por contempções a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contempção e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem resarcidos aos consorciados após o encerramento do fundo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excludos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados após quando do encerramento do fundo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e outros montantes relativos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestação não recebidos dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados
Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2013 e de 31 de dezembro de 2012.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2013 e de 31 de dezembro de 2012.

III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contempções

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2013 e de 31 de dezembro de 2012.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Instituição não apresentava saldos em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	30.6.2013				31.12.2012			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado	Marcação a mercado
Letras financeiras do tesouro	-	319	15.002	698.964	714.285	-	629.969	-
Certificados de depósito bancário	-	43.897	71.934	10.292	125.923	-	88.082	-
Debêntures	20.325	29.652	363.649	489.385	489.385	-	273.929	-
Letras do tesouro nacional	-	43	57.516	57.559	57.559	-	299.730	-
Notas do tesouro nacional	-	214.564	-	234.121	234.121	-	172.217	-
Outras	-	10.948	-	15.194	26.142	-	24.219	-
Total em 30 de junho de 2013	245.837	70.668	138.838	1.205.261	1.657.604	-	1.488.056	-
Total em 31 de dezembro de 2012	498.817	171.055	58.555	849.629	-	-	-	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreados as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, as aplicações em fundos administrados pelo Conglomerado Bradesco somaram R\$ 1.657.604 mil (31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.488.056 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de mercado distribuidoras, modelos de precificação, modelos de cotação ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012	RS mil
Títulos de renda fixa	52.722	46.438	46.438
Total	52.722	46.438	46.438

7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	30.6.2013	RS mil
Impostos e contribuições a compensar	6.961	16.043
Pagamentos a resarcir	13.927	11.078
Devedores por depósitos em garantia	3.404	4.213
Cobrança grupos encerrados em andamento	3.078	3.078
Créditos tributários (Nota 23c)	1.084	2.030
Outros adiantamentos	651	195
Total	31.115	36.535

8) INVESTIMENTOS

	30.6.2013	RS mil
- Certificados de Investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
Subtotal	312	312
- Provisão para incertezas	(111)	0
Total geral dos investimentos	201	201

9) IMOBILIZAÇÃO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	30.6.2013	31.12.2012	RS mil
Imóveis de uso:						
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.406	(1.577)	829	904	
Sistemas de segurança	10%	15	(10)	5	5	
Sistemas de processamento de dados	20%	1.553	(1.293)	260	260	
Total em 30 de junho de 2013	-	3.974	(2.880)	1.094	1.129	
Total em 31 de dezembro de 2012	-	3.952	(2.823)	-	-	

10) INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por softwares.

	Taxa anual	Custo	Amortização	30.6.2013	31.12.2012	RS mil
Softwares	20%	41.343	(4.414)	36.929	32.064	
Total em 30 de junho de 2013	-	41.343	(4.414)	36.929	32.064	
Total em 31 de dezembro de 2012	-	35.581	(3.517)	-	32.064	

11) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) **Passivos contingentes classificáveis como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição sempre que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos civis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando o opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de exto a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos tribunais do Judiciário, e no decorrer do encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos em processos semelhantes.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não tem valores relevantes.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais previdenciárias (1)	RS mil
Saldo em 31 de dezembro de 2012	846	1.741	78	2.665
Constituição de provisões/encargos	-	(45)	31	31
Atualização monetária	28	106	106	240
Pagamentos	(810)	-	-	(810)
Saldo em 30 de junho de 2013 (Nota 12)	64	1.802	110	2.576

c) Passivos contingentes classificáveis como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e a provisão no opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetividade, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Nestes contextos os processos contenciosos avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	30.6.2013	31.12.2012	RS mil
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	11.374	109.840	
Impostos e contribuições a recolher	7.645	7.171	
Provisão para riscos - fiscais (Nota 11b)	110	110	
Total	79.129	117.189	

b) Diversas

	30.6.2013	31.12.2012	RS mil
Valores a resarcir a consorciados de grupos encerrados	63.918	79.023	
Provisão para pagamentos a efetuar	5.929	5.929	
Processos judiciais em andamento	3.295	1.840	
Provisão para riscos - cíveis (Nota 11b)	1.802	1.741	
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 11b)	64	846	
Outros valores	732	590	
Total	75.645	92.569	

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
O capital social no montante de R\$ 800.000 mil (31 de dezembro de 2012 - R\$ 519.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 800.000.000 (31 de dezembro de 2012 - 519.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade	de cotas	RS mil
Em 31 de dezembro de 2012	519.000.000	519.000	519.000
Aumento de capital - alteração contratual de 19.3.2013 (1)	281.000.000	281.000	281.000
Em 30 de junho de 2013	800.000.000	800.000	800.000

(1) Em 27 de abril de 2013 o BACEN homologou o Instrumento de Alteração do Contrato Social de Companhia, que detestou o aumento do capital social em R\$ 281.000 mil, elevando-o de R\$ 519.000 mil para R\$ 800.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal", no montante de R\$ 281.000 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 251.359 mil, com a criação de 281.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. e ao consorciados do Sócio-Cotista Banco Avícola S.A.

c) Reservas de Lucros

	30.6.2013	31.12.2012	RS mil
Reservas de Lucros	766.504	825.702	
• Reserva legal (1)	30.581	49.025	
• Reserva estatutária (2)	735.923	776.677	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As contas relativas aos dividendos e juros sobre o capital próprio e outros dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e anuais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros e dividendos em dinheiro sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos propostos nos períodos:

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012	RS mil
Lucro líquido	223.929	197.874	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(11.197)	(9.893)	
Base de cálculo	212.732	187.981	
Dividendos propostos	2.127	1.981	
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%	
Valor em reais por lote de mil cotas	2,66	3,62	

14) RECIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As contas relativas aos serviços em 30 de junho de 2013 no montante de R\$ 357.253 mil (2º Semestre 2012 - R\$ 335.736 mil), referem-se basicamente à taxa de administração de grupos de consórcios.

15) DESPESA DE PESSOAL

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012	RS mil
Proventos	3.458	4.396	
Encargos sociais	2.074	2.628	
Benefícios	1.993	2.217	
Participação dos empregados nos lucros	678	857	
Treinamento	70	81	
Indenizações trabalhistas	155	857	
Total	8.428	11.115	

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012	RS mil
Serviços técnicos especializados	4.943	4.787	
Comunicações	4.454	4.285	
Propaganda, promoções e publicidade	877	1.427	
Contribuições filantrópicas	67	5.150	
Processamentos de dados	67	1.363	
Depreciações e amortizações	1.064	1.060	
Viagens	510	628	
Transportes	499	507	
Material	141	114	
Aluguéis	80	67	
Manutenção e conservação de bens	53	50	
Outras	82	510	
Total	14.112	20.394	

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012	RS mil
Contribuição à COFINS	28.297	26.506	
Impostos sobre serviços - ISS	6.876	6.401	
Contribuição ao PIS	6.143	5.754	
Outras	413	2	
Total	41.316	38.663	

18) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

As outras receitas/(despesas) operacionais em 30 de junho de 2013 correspondia a R\$ (22.150) mil (2º Semestre 2012 - R\$ (30.929) mil), estão representadas por encoberto por despesas de consórcios, gravames, DETRAN, taxa de avaliação e ação de reconhecimento.

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre 2013	2º Semestre 2012	RS mil
Taxas recuperação despesas	16.361	14.848	
Descontos obtidos	244	272	
Prejuízo na alienação de valores e bens	(6)</		



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-29
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em prêmios de seguros e seguros contratados - quebra de garantia.

b) **Gerenciamento de riscos**
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.
A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.
O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.
A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emita vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CNIN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05).

- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CNIN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

DIRETORIA		
Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Vice-Presidentes Julio de S. Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Alencar José Alcides Munhoz Aurílio Coronado Boni	Diretor Superintendente Octávio de Lazari Júnior
	Diretor Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi	Diretor Hélio Vivaldo Domingues Dias
Cláudia Teixeira de Souza - Controladora - CRC 1SP177829/O-6		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2013 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2013 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 26 de agosto de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP14428/O-6

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/U-1



Entidades pedem resgate da Praça da Sé

Para Rogério Amato, presidente da Facesp e da ACSP, o que acontece no marco zero da cidade é uma situação de degradação e de drama humano.

Mariana Missiaglia

Entidades ligadas ao Centro de São Paulo concordam que a Praça da Sé precisa ser resgatada. As fotos publicadas ontem pelo *Diário do Comércio* mostrando a degradação do marco zero da Capital repercutiram entre representantes da sociedade civil e autoridades.

Barracas de sem-teto, pessoas delatadas, embriagadas, consumo de drogas à luz do dia e animais doentes viraram rotina em um dos principais pontos turísticos de São Paulo.

Para Rogério Amato, presidente da Facesp e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o que acontece no marco zero paulistano é uma situação de degradação urbana e de drama humano. Amato acredita que solução seja a imediata intervenção do poder público. "A sensação é de descaso

geral. Existem coisas que são deveres dos governos estadual, municipal e federal. A recuperação da Sé é um desses deveres", diz Amato.

Tráfico—Além da situação de abandono, o presidente da ACSP também chamou atenção para o mau uso do espaço público. "A praça está virando ponto de traficantes. A venda de drogas é crime. E mesmo acontecendo todos os dias, diante de nossos olhos, as autoridades não cumprem o seu papel. A lei deve ser cumprida, inclusive pelo poder público. Assim como um empresário é multado quando encontram anormalidades em seu estabelecimento", declarou Rogério Amato.

Na concepção de Marco Antônio Ramos de Almeida, superintendente da Associação Viva o Centro, a Sé passa por um problema de gestão. "Não acredito que sejam necessários grandes investimentos e



Degradação na Sé: acampamento de moradores de rua e viciados em crack.

adaptações. Temos que manter o foco na gestão com atendimento específico para as pessoas em situação de rua, valorização das obras de arte, zeladoria urbana e informação para turistas. A Viva o Centro quer transformar o proble-

ma em solução, ou melhor, em potencial. Trata-se da praça mais emblemática de São Paulo", afirmou Almeida.

Para ele, a junção da Praça Clóvis Bevilacqua com a Sé causa vários problemas no ambiente e que exigem a atenção

do poder público. "Essa unificação separou a praça em várias elevações que não foram bem organizadas num primeiro momento. A reforma da gestão do José Serra aliviu esse quesito por ter removido esses desníveis. Mas a cidade ainda não usa a praça como deveria", disse o superintendente

da Viva o Centro. Em nota, a Secretaria de Comunicação informou que a rede assistencial da Prefeitura oferece 40 serviços específicos para a população em situação de rua, na região da Sé. Informou também que a Secre-

taria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) encaminha diariamente moradores em situação de rua para abrigos, por meio de orientadores do Serviço Especializado de Abordagem Social. O poder público também tenta promover o retorno deles ao convívio da família e da comunidade.

Segundo a Secom, a Secretaria Municipal de Saúde mantém uma equipe de médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde nas proximidades da praça, além de disponibilizar o Complexo Prates, no Bom Retiro, uma AMA e um CAPS III Álcool e Drogas 24 horas e um Centro de Acolhimento.

Em agosto, as equipes realizaram cerca de 313 abordagens aos moradores de rua na Praça da Sé. No entanto, o número não representa o número de abordados, uma vez que muitas pessoas podem ser abordadas mais de uma vez.

Latrocínios disparam em São Paulo

A modalidade criminal que mais cresceu na Capital paulista este ano foi o latrocínio—roubo seguido de morte—, segundo dados divulgados ontem pela Secretaria de Segurança Pública. De acordo com o governo estadual, a cidade de São Paulo registrou aumento de 29% no número de casos no primeiro semestre. De janeiro a julho foram contabilizados 88 casos de latrocínio, ante 68 no mesmo período de 2012.

Em todo o Estado de São Paulo, os roubos seguidos de morte também registraram um aumento de 11,9%. Foram 234 crimes do gênero de janeiro a julho deste ano, contra 209 na mesma base de comparação no ano passado.

Os dados também mostram que, de janeiro a julho deste ano, foram registrados 2.549 homicídios no Estado. O número representa uma alta de 0,63% na comparação com o mesmo período de 2012, quando foram computados 2.533 assassinatos. Somente na cidade de São Paulo foram 700 crimes nos sete primeiros meses deste ano, ante 678 homicídios em 2012—uma alta de 3,2%.

Os dados mostram, no entanto, uma queda no número de homicídios dolosos (com intenção de matar) em julho deste ano, na

comparação com o mesmo mês de 2012. Os números isolados para o mês de julho foram comemorados pelo governo. Para o secretário da Segurança, Fernando Grella Vieira, o momento atual deve interromper o ciclo de

2.549
homicídios ocorreram no Estado de São Paulo de janeiro a julho deste ano.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SAÚDE

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS - SMS-3

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Gabinete, o seguinte prego:

PREÇO ELETRÔNICO 334/2013-SMS-3, processo 2013-0-197.544-0, destinado ao registro de preço para o fornecimento de **MEDICAMENTOS DIVERSOS XIV**, para a Divisão Técnica de Suprimentos - SMS-3/Grupo Técnico de Compras - GT-C/Área Técnica de Medicamentos, do tipo **menor preço**. A abertura/realização da sessão pública de preço ocorrerá a partir das 10 horas do dia 9 de setembro de 2013, pelo endereço www.comprasnet.gov.br, a cargo do 1º Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal da Saúde.

RETIRADA DE EDITAIS

O edital do prego acima poderá ser consultado e/ou obtido nos endereços: <http://ne-negocios.cidadesp.prefeitura.sp.gov.br>; www.comprasnet.gov.br, quando eletrônico; ou, no gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, na Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP 01223-010, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP: Documento de Arrecadação do Município de São Paulo.

DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, www.comprasnet.gov.br, até a data de abertura, conforme especificado no edital.

Associação Comercial DE SÃO PAULO



Reunião Conselho de Política Urbana - CPU

Dia: 28 de agosto de 2013, quarta-feira

Horário: 17 horas

Local: Rua Boa Vista, 51 - 9º andar - Centro - SP

TEMA:

"Orçamento Municipal"

PALESTRANTE:

MARCOS DE BARROS CRUZ
Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo